

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR

**Estudo Técnico Preliminar 105/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo:

**2. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a viabilidade técnica e administrativa da contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de hospedagem, suporte técnico e manutenção do Website Oficial do Município de Ivaiporã, incluindo o Diário Oficial Eletrônico e o Portal da Transparência, os quais já se encontram devidamente desenvolvidos, implantados e em funcionamento.

O contrato atualmente vigente atingiu o limite legal de prorrogações, tornando necessária a realização de novo procedimento licitatório para continuidade dos serviços de hospedagem, suporte técnico e manutenção da solução existente.

A elaboração deste documento atende às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à fase preparatória da contratação pública, buscando demonstrar a necessidade, a viabilidade e a melhor solução para garantir a continuidade dos serviços digitais essenciais à administração pública municipal.

**3. Descrição da necessidade**

3.1 O Município de Ivaiporã atualmente dispõe de um sistema institucional em ambiente web, composto por site oficial, Portal da Transparência e Diário Oficial Eletrônico, que desempenham papel fundamental na divulgação de informações públicas, atendimento às exigências legais de transparência e garantia do acesso à informação pelos cidadãos.

Tais sistemas são ferramentas indispensáveis ao cumprimento de obrigações legais previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei de Responsabilidade Fiscal e em normativos dos órgãos de controle externo, uma vez que asseguram a publicidade dos atos administrativos e a transparência da gestão pública.

Considerando que o contrato vigente de hospedagem, manutenção e suporte técnico atingiu seu limite de prorrogações legais, faz-se necessária a realização de novo procedimento licitatório para garantir a continuidade ininterrupta dos serviços, evitando qualquer risco de indisponibilidade do sistema ou prejuízo à transparência institucional.

A ausência desses serviços poderá comprometer a divulgação oficial dos atos do Município, bem como o acesso da população às informações públicas, em desacordo com os princípios da publicidade e transparência previstos na legislação vigente.

**4. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	MARIA CRISTINA PASSARIN MAREZE

## **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

### **5.1 Descrever todos os requisitos mínimos da solução:**

- Hospedagem do site;
- Suporte técnico;
- Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva;
- Portal da Transparência;
- Diário Oficial Eletrônico;
- Assinatura digital;
- Certificado SSL;
- Backup;
- Portal de Turismo;
- Treinamento;
- Compatibilidade com LGPD.

## **6. Levantamento de Mercado**

6.1 No levantamento das possíveis soluções para atendimento da demanda, foram identificadas três alternativas principais.

A primeira alternativa seria a prorrogação contratual com a empresa atualmente responsável pelo sistema. No entanto, tal hipótese mostra-se juridicamente inviável, em razão do esgotamento do limite de prorrogações previsto no contrato administrativo, impondo a necessidade de nova contratação.

A segunda alternativa consistiria na substituição completa do sistema por uma nova solução desenvolvida do zero. Embora tecnicamente possível, essa alternativa implicaria elevados custos de implantação, necessidade de migração complexa de dados, riscos de perda de histórico institucional e período de adaptação operacional, o que poderia comprometer a continuidade da transparência pública.

A terceira alternativa, considerada a mais adequada, consiste na contratação de empresa especializada para dar continuidade à hospedagem, suporte técnico e manutenção do sistema já existente. Essa solução preserva a estrutura atual, garante continuidade operacional, reduz custos e minimiza riscos técnicos, sendo, portanto, a opção mais vantajosa para a Administração Pública.

## **7. Descrição da solução como um todo**

7.1 A descrição da solução como um todo foi encontrada a partir de pesquisa de mercado em que se verificou que são comuns as empresas prestadoras dos serviços em questão.

É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Indireta, que se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessitado ou fornecer o produto almejado, visto que o município não possui em seu quadro de servidor efetivo, profissional habilitado para a execução do objeto desse termo de referência.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, uma vez que, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 14133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, entende-se que melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empresas especializadas na prestação de serviços para criação, treinamento, importação da base de dados (85gb) e treinamento de novo web site responsivo com layout personalizado e exclusivo para Prefeitura Municipal de Ivaiporã (não será aceito layout padrão) Diário eletrônico e sistema para gerenciamento de competições esportivas com aplicativo na plataforma Android e iOS, portal bem estar animal e portal do turismo, através da realização de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por meio de contrato, do tipo “MENOR PREÇO”, tomando como parâmetro legal:

- Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

De acordo com a Lei 14.133/2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021”.

Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

Após uma análise cuidadosa das particularidades dessa demanda, optamos por recomendar a realização de um pregão por contrato, justificando tal escolha pelos seguintes motivos: Trata-se de serviços específicos que requerem uma definição clara e objetiva, com prazo e quantidade certa na execução. O contrato tem a finalidade de estabelecer claramente os detalhes técnicos necessários para atender às necessidades desse município, garantindo assim a qualidade, a eficácia e a transparência dos serviços a serem prestados.

Por meio do pregão por contrato, temos a oportunidade de negociar diretamente com o prestador dos serviços para estabelecer condições contratuais que atendam às nossas necessidades específicas, como prazos de execução, formas de pagamento e garantias. Essa flexibilidade é essencial para garantir que as condições contratuais sejam adequadas às nossas exigências operacionais e financeiras.

O pregão por contrato oferece uma abordagem mais direta e ágil para a aquisição de bens ou serviços, proporcionando uma resposta rápida às necessidades do município.

Ao estabelecer condições contratuais específicas, podemos planejar de forma mais precisa os recursos financeiros necessários para a execução do contrato, evitando possíveis despesas adicionais não previstas.

Com base nestes argumentos, acreditamos que a realização de um pregão por contrato é a abordagem mais adequada para atender às necessidades desse município de forma eficiente, transparente e econômica.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

8.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise da necessidade administrativa existente, no histórico de utilização dos serviços atualmente disponibilizados pelo Município, nas características da solução tecnológica em operação e na necessidade de ampliação das funcionalidades do portal institucional para atendimento das demandas atuais e futuras da Administração Pública Municipal.

O Município de Ivaiporã utiliza o Website Oficial como principal ferramenta de comunicação institucional, divulgação de informações de interesse público, atendimento às exigências legais de transparência administrativa e publicação dos atos oficiais por meio do Diário Oficial Eletrônico. Trata-se de serviço essencial ao funcionamento da Administração, cuja indisponibilidade pode causar prejuízos à publicidade dos atos administrativos, ao cumprimento das obrigações legais e ao acesso da população às informações públicas.

## **9. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 143.900,00

A estimativa de valor será definida com base em pesquisa de mercado, considerando contratações similares realizadas por outros entes públicos de porte equivalente, bem como cotações junto a empresas especializadas na prestação de serviços de hospedagem e manutenção de sistemas governamentais.

Serão considerados os custos relacionados à infraestrutura de hospedagem, suporte técnico contínuo, manutenção corretiva e preventiva, bem como garantia de disponibilidade e segurança da informação.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1 Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação, com o objetivo de verificar a viabilidade técnica e econômica da divisão da solução em contratações distintas.

Após análise das características da demanda, conclui-se que o parcelamento da solução não se mostra técnica nem economicamente recomendável, uma vez que os serviços a serem contratados possuem elevada integração e interdependência operacional, tecnológica e funcional.

A solução pretendida contempla o desenvolvimento, implantação, hospedagem, suporte técnico e manutenção do Website Oficial do Município, Portal da Transparência, Diário Oficial Eletrônico com certificado digital e carimbo do tempo, sistema de digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, bem como a implantação do Portal de Turismo integrado à plataforma institucional.

Todos os módulos e funcionalidades deverão operar em ambiente único, compartilhando infraestrutura tecnológica, banco de dados, mecanismos de segurança, gerenciamento de usuários, rotinas de backup, hospedagem e suporte técnico especializado. A eventual contratação de fornecedores distintos para cada componente da solução poderia ocasionar incompatibilidades técnicas, dificuldades de integração entre sistemas, aumento dos custos administrativos de fiscalização e gerenciamento contratual, além de potenciais conflitos quanto à responsabilidade pela correção de falhas e indisponibilidade dos serviços.

Além disso, a centralização da execução em uma única empresa favorece a padronização tecnológica da solução, garante maior eficiência na manutenção dos sistemas, reduz riscos operacionais e proporciona maior agilidade na implementação de melhorias e correções necessárias ao longo da vigência contratual.

Ressalta-se que, embora o objeto contemple atividades distintas, como desenvolvimento da solução e prestação continuada dos serviços de hospedagem, suporte e manutenção, tais atividades são complementares e indispensáveis ao funcionamento adequado da plataforma, razão pela qual sua execução por um único contratado apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a contratação deverá ocorrer em lote único, mantendo-se itens distintos apenas para fins de composição dos custos, formação de preços e medição contratual, sem que isso represente parcelamento da solução, garantindo-se a eficiência, economicidade, segurança e adequada execução do objeto.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1 Após análise da necessidade administrativa e das características da solução pretendida, verificou-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da presente contratação.

Os serviços objeto deste estudo compreendem a hospedagem, suporte técnico, manutenção do Website Oficial do Município, Portal da Transparência, Diário Oficial Eletrônico e implantação do Portal de Turismo, os quais poderão ser executados de forma autônoma pela empresa contratada, sem a necessidade de celebração prévia ou concomitante de outros contratos específicos.

Ressalta-se que a Administração já dispõe da estrutura administrativa necessária para acompanhamento da execução contratual, bem como dos conteúdos institucionais que serão disponibilizados no Website Oficial e no Portal de Turismo.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não depende de outras contratações para sua execução, tampouco gera a necessidade de futuras contratações vinculadas, além das atividades ordinárias de gestão e fiscalização contratual a serem realizadas pela Administração Municipal.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1 A presente contratação encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Municipal de Ivaiporã relacionados à modernização da gestão pública, ampliação da transparência administrativa, fortalecimento dos mecanismos de acesso à informação, transformação digital dos serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e turístico do Município.

solução pretendida contribui diretamente para a manutenção e evolução dos canais oficiais de comunicação da Administração Pública, assegurando a continuidade da divulgação dos atos administrativos, publicações oficiais, informações institucionais, serviços ao cidadão e demais conteúdos de interesse público, em conformidade com os princípios constitucionais da publicidade, eficiência e transparência.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1 Com a contratação, espera-se garantir a continuidade integral dos serviços digitais do Município, assegurando o funcionamento ininterrupto do site institucional, do Portal da Transparência e do Diário Oficial Eletrônico.

Busca-se também assegurar a confiabilidade, segurança e integridade das informações publicadas, bem como o atendimento pleno às exigências legais de transparência e publicidade dos atos administrativos.

Adicionalmente, pretende-se reduzir riscos operacionais, garantir suporte técnico eficiente e manter a estabilidade do sistema já consolidado.

## **14. Providências a serem Adotadas**

Para viabilizar a adequada execução do objeto e garantir o cumprimento dos resultados pretendidos, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências previamente ao início da execução contratual:

- Designar formalmente o Gestor e os Fiscais do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos serviços contratados;
- Disponibilizar à contratada todas as informações, documentos e acessos necessários para a correta execução dos serviços, incluindo acesso aos ambientes administrativos do Website Oficial, Portal da Transparência e Diário Oficial Eletrônico, quando necessário;
- Indicar os servidores responsáveis pelo acompanhamento da implantação do Portal de Turismo, bem como aqueles que participarão dos treinamentos e posteriormente atuarão na alimentação e atualização do conteúdo da plataforma;
- Disponibilizar à contratada os materiais institucionais necessários à implantação do Portal de Turismo, tais como textos, fotografias, logomarcas, informações turísticas, eventos, roteiros, atrativos, mapas, vídeos e demais conteúdos que serão publicados no portal;
- Realizar o acompanhamento da implantação e da integração do Portal de Turismo ao Website Oficial do Município, validando as funcionalidades entregues e solicitando eventuais ajustes necessários ao atendimento das especificações definidas no Termo de Referência;
- Providenciar a emissão da Ordem de Serviço para início da execução contratual, após a formalização do contrato;
- Garantir a disponibilidade dos servidores indicados para participação nos treinamentos a serem ministrados pela contratada;
- Adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

Considerando as características do objeto, não se identificam necessidades de adequações físicas, estruturais, reformas, aquisição prévia de equipamentos ou investimentos adicionais relevantes por parte da Administração para viabilizar a execução da contratação, sendo suficientes as providências administrativas e operacionais acima descritas.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A presente contratação refere-se à prestação de serviços de tecnologia da informação para hospedagem, suporte técnico, manutenção do Website Oficial do Município, Portal da Transparência, Diário Oficial Eletrônico e implantação do Portal de Turismo, não envolvendo atividades potencialmente poluidoras, geração significativa de resíduos ou utilização intensiva de recursos naturais.

Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados reduzidos, uma vez que os serviços serão executados predominantemente por meio eletrônico e em ambiente digital. Ainda assim, visando promover práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na Administração Pública, deverão ser observadas as seguintes medidas mitigadoras:

- Priorização da utilização de documentos digitais e comunicações eletrônicas, reduzindo a necessidade de impressão de documentos físicos e, conseqüentemente, o consumo de papel e insumos correlatos;
- Utilização de sistemas eletrônicos para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos, evitando deslocamentos desnecessários e reduzindo a emissão de gases provenientes do transporte;
- Realização de treinamentos, reuniões e atendimentos técnicos por meios remotos sempre que possível, reduzindo deslocamentos e consumo de combustíveis;
- Adoção, pela contratada, de boas práticas de eficiência energética em sua infraestrutura tecnológica, especialmente nos ambientes de hospedagem e armazenamento de dados;
- Manutenção de rotinas de backup e armazenamento digital que reduzam a necessidade de utilização de mídias físicas e demais materiais de consumo;
- Observância da legislação ambiental aplicável e das diretrizes de sustentabilidade previstas nas contratações públicas.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Após análise dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, conclui-se que a contratação é viável, necessária e adequada ao interesse público, recomendando-se a realização do procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de hospedagem, suporte técnico, manutenção do Website Oficial, Portal da Transparência, Diário Oficial Eletrônico e implantação do Portal de Turismo do Município de Ivaiporã.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA CRISTINA PASSARIN MAREZE**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO